



18/11/2022

Número: **0840725-10.2022.8.19.0038**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu**

Última distribuição : **18/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 681.481.168,50**

Assuntos: **Administração judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
RIOPET EMBALAGENS S.A. (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO)
INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO)
RESIN PLASTICOS LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO)
BMW PARTICIPACOES LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO)
HAYNA BITTENCOURT (REPRESENTANTE)	
1º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)	
2º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
36743 744	18/11/2022 13:48	Decisão	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca de Nova Iguaçu

3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu

Avenida Doutor Mário Guimarães, 968, 2º Andar, Centro, NOVA IGUAÇU - RJ - CEP: 26255-230

DECISÃO

Processo: 0840725-10.2022.8.19.0038

Classe: RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

REQUERENTE: RIOPET EMBALAGENS S.A., INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA, RESIN PLASTICOS LTDA, BMW PARTICIPACOES LTDA

REPRESENTANTE: HAYNA BITTENCOURT

Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado por Riopet Embalagens S/A., Injetrio Indústria de Plástico Ltda., Resin Plásticos Ltda. e BMW Participações Ltda. (Grupo Riopet), conforme dados da petição inicial.

Alegam os requerentes que se trata de grupo empresarial de direito e de fato, formado por empresas, juridicamente independentes, com patrimônio e personalidade jurídica próprios, mas com interligação societária, jurídica, econômica e operacional, evidente similitude na administração das empresas, bem como com mesmos sócios e acionistas, além disso, ainda verticalizam a fabricação, utilizam métodos complementares e compartilham o mesmo terreno. Aliado ao relatado, a operação das empresas requerentes é também compartilhada, razão pela qual se forma o litisconsórcio ativo, tendo também o intuito de assegurar a manutenção da atividade empresarial.

Informam que a Riopet, 1ª Requerente, foi fundada em 07/08/1995, com atividade ininterrupta, desde então, no segmento de embalagens, possuindo sólida história, possuindo, hoje, 114 funcionários diretos, além de inúmeros empregos indiretos. A operação foi ganhando escala, segundo afirma, o que a obrigou a verticalizar as operações, utilizando a Resin, 3ª Requerente, fundada em 05/08/2008, na pós condensação e blends de resina, e fazendo também a produção de pré-formas, por meio da Injetrio, 2ª Requerente, fundada em 21/12/2009.

Relatam que o Grupo Riopet foi pioneiro no Brasil em importar equipamentos capazes de aprimorar a performance das garrafas retornáveis, o que demandou altíssimo investimento financeiro, no final do ano de 2018, o que assegurou que as requerentes se tornassem a principal fornecedora da Coca-Cola.



Anotam que, não obstante o sucesso do empreendimento, o Grupo enfrenta momentânea crise financeira, por conta dos fatores econômicos e financeiros do país, a elevação do valor das matérias-primas, a insuficiência dos limites de créditos aprovados e os prazos de pagamento de seus principais fornecedores, o que culminou no presente pedido de Recuperação Judicial para conseguirem superar as dificuldades enfrentadas, com vistas a sua preservação, incluindo, conseqüentemente, a de seus funcionários e possibilitando o cumprimento dos encargos presentes e futuros, mantendo-se firme como agentes relevantes do cenário econômico e social do Estado do Rio de Janeiro.

Afirmam que podem superar a crise, na medida em que o Grupo Riopet vem angariando novos projetos, além de projetarem modificações na operação e vislumbrarem o ingresso efetivo de sócio investidor, através de Dip Financing, comprovado por carta de intenções trazida em anexo, pelo que o projeto de alavancar a empresa se afigura extremamente viável.

Requerem o pedido de deferimento do processamento da recuperação judicial do Grupo, bem como a concessão da tutela de urgência, para fins de suspensão dos efeitos de protestos indevidos de seus clientes, realizados por credores.

É o Relatório. Passo a Decidir:

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial feito por Riopet Embalagens S/A., Injetrio Indústria de Plástico Ltda., Resin Plásticos Ltda. e BMW Participações Ltda., que formam o Grupo Riopet, que vem atuando no ramo de embalagens plásticas, há aproximadamente 27 anos.

O cenário global é de crise econômica, que foi severamente agravada pela Pandemia e pela guerra da Ucrânia, fatores que ainda perduram no cenário mundial, resultando em agravamento da situação econômica nacional, fazendo com que a população perdesse seu poder aquisitivo, resultando na redução do consumo, o que com certeza afetou a atividade comercial do Grupo requerente.

Ao longo dos anos, temos assistido ao triste cenário brasileiro, onde inúmeras empresas famosas quebraram deixando inúmeros débitos em aberto, além de desempregados e diminuição da arrecadação tributária. Podemos citar exemplos de nossa infância tais como Mesbla, Varig, entre tantas...

A quebra além do prejuízo causado ao empresário, tem uma consequência muito maior pois afeta os empregados, o local onde atua, vide o centro do Rio de Janeiro, hoje, um verdadeiro deserto de lojistas, despenca a arrecadação do fisco, enfim, destroi a economia, "lato sensu"... A



economia precisa girar para que as condições de vida da população melhore, pois empregos são vitais!!!

Entendo que a Lei 11.101/05, tem uma enorme influencia social já que seu objetivo é a reorganização das empresas que, nada obstante à crise instaurada, têm condições de superá-la atingindo o fim social a que se destinam. Na hipótese, as sociedades têm longa tradição, abrigando centenas de empregados e desempenhando importante função para a economia do país. Assim, evitar a quebra tem inumeros beneficios alcançando um universo maior que a própria empresa.

É, portanto, passível de se enquadrar nas hipóteses previstas em Lei, uma vez que cumpriram o disposto no art. 51 da lei 11.101/2005, apresentado a documentação ali exigida, pelo menos em cognição sumária.

Com relação ao pedido de suspensão dos efeitos do protestos listados na petição inicial, verifica-se que são protestos tirados contra clientes das requerentes, mas cuja exigibilidade dos títulos recai sobre as próprias requerentes, o que coloca em xeque a essência e confiança da relação comercial existente e o fornecimento de novos produtos pelas requerentes, bem como o objetivo primordial de recuperação. Sendo assim, entendo que, no caso em tela, pode e deve ser deferida a tutela de urgência para suspender os efeitos dos protestos tirados contra clientes das requerentes. Tal decisão poderá ser revista a qualquer tempo, isso inclui a hipótese da votação do plano de recuperação em assembleia.

Assim, diante do exposto, na forma do art. 52 da Lei 11.101/2005, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL de RIOPET EMBALAGENS S/A., INJETRIO INDÚSTRIA DE PLÁSTICO LTDA., RESIN PLÁSTICOS LTDA. e BMW PARTICIPAÇÕES LTDA., em litisconsórcio ativo e em consolidação processual, nomeando MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, tendo como representante perante este r. Juízo o sócio e advogado Dr. MURILO MATUCH DE CARVALHO, OAB/RJ 137.860, dados já de conhecimento do Cartório já que o mesmo funciona em outros feitos, no entanto, para as partes terem ciência, o mesmo tem sede na Rua da Assembleia, 40 - 5º. Andar, telefone de contato: 2544-0989, email: murilo@mcaa.adv.br, para funcionar como Administrador Judicial.

Intime-se o mesmo com urgência para dizer se aceita o encargo, na forma determinada.

Em conformidade com o art. 24 da LRE, fixo seus honorários em 2 % (dois por cento) sobre os créditos submetidos à recuperação.

Dispensar, no momento, a apresentação de certidões negativas para que as requerentes exerçam suas atividades, bem como ordeno a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as requerentes, na forma do art. 6º da LRE e mais as exceções previstas no art. 49, §§ 3º e 4º da



LRE, observando-se o prazo legal.

Defiro a tutela provisória requerida, com a suspensão dos efeitos dos protestos listados no anexo 22, bem como determino a abstenção de novos protestos por parte dos clientes listados no anexo 23, na forma do requerido.

Determino que as requerentes apresentem contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores.

Ordeno, ainda, que as requerentes acrescentem após seus nomes empresariais a expressão 'em recuperação judicial'.

Com relação as custas ainda que não certificadas em sua totalidade, diante da urgência do caso, cumpra-se a presente, após, deverá o cartório proceder a certificação das mesmas e determinar a volta a conclusão.

Intime-se o Ministério Público, comunicando, por carta, à Fazenda Pública Federal e as de todos os Estados e Municípios em que a requerente tenha estabelecimentos.

Na forma do § 1º, do art. 52, da LRE, publique-se o edital. Intimem-se.

Expeçam-se os mandados por OJA de plantão.

NOVA IGUAÇU, 18 de novembro de 2022.

ADRIANA COSTA DOS SANTOS
Juiz Titular

